

# ECONOMIA E HEDONISMO

Por José João Neves Barbosa Vicente\*

**Resumo:** o objetivo deste artigo é contribuir para uma leitura do pensamento filosófico de Michel Onfray, a partir da análise da sua crítica à economia liberal fundamentada em princípios hedonistas, como aparece, essencialmente, em seu livro “A política do rebelde: tratado de resistência e insubmissão” (2001).

**Palavras-chave:** Capitalismo. Insubmissão. Política. Prazer.

Nascido na França em 1959, influenciado pelo hedonismo antigo e pelo pensamento de Nietzsche, como evidencia a sua obra “A escultura de si: a moral estética”, Onfray (1995) não mede esforço em suas reflexões no sentido de resgatar a perspectiva filosófica hedonista que defende desde Epicuro, a busca do prazer como condição essencial da vida humana, isto é, “o prazer” como “o início e o fim de uma vida feliz” (EPICURO, 2002, p. 37).

O hedonismo é, para Onfray (1995, p. 145), uma “moral que necessita de um cálculo permanente visando determinar, incessantemente, as condições de possibilidades do máximo de prazer para si e para o outro”. É uma perspectiva utilitarista no sentido anglo-saxônico do termo, pois “a utilidade ou o princípio da maior felicidade como a fundação da moral” admite, segundo Mill, que apenas são corretas, as ações que promovem a felicidade. “Por felicidade se entende prazer e ausência de dor; por infelicidade, dor e privação de prazer” (MILL, 2000, p. 187). O hedonista é um ser autônomo que, para exercer a sua diferença, busca no outro elementos que se conjugam aos dele. Ele traça o seu próprio caminho que o conduz ao júbilo. Assim, a prática hedonista permite ao indivíduo viver em condições melhores, livres da escravidão induzida pelas religiões e das leis do mais forte inerentes ao capitalismo liberal.

“Para mim é tão odioso seguir quanto guiar”. Esta citação de “A gaia ciência” de Nietzsche (1977), que tem como prólogo, “Zombaria, ardil e vingança”, e como apêndice, “Canções do príncipe fora da lei”, abre o livro de Onfray (2001), “A política do rebelde: tratado de resistência e insubmissão”, no qual o indivíduo é tomado como valor central e a filosofia hedonista é explorada através da vertente política: busca de prazer e luta. Apoiado em Nietzsche, mas também em outros pensadores contestadores, como Deleuze, Foucault e Blanquis, Onfray desenvolve um pensamento que se opõe à autoridade e ao sistema capitalista. Assim, a submissão, a dependência e a autoridade surgem, para ele, como impossível, intolerável e

insuportável. Para combater as virtudes cristãs da humildade, propõe um orgulho justificado; para reencantar o mundo submisso ao economismo, propõe “submeter a economia a um projeto hedonista de vida em comum” (ONFRAY, 2001, p. 93).

Para levar a cabo a sua resistência contra a economia liberal, contra o capitalismo e a favor da insubmissão, Onfray não dispensa, por exemplo, o único livro escrito por Max Stirner (2004), “O único e a sua propriedade”. Com esse título enigmático, em forma de provocação, Stirner apresenta o homem como único, não redutível à dimensão coletiva (social, política, religiosa); por isso, pode, de direito, considerar todo o resto como “sua propriedade”. Para ele, é sempre uma afronta às exigências do eu, do “único”, pedir-lhe que se submeta a uma norma exterior. Apesar de considerado por muitos como um pensador que negue a legitimidade de qualquer forma de instituição, da sociedade em particular, Stirner, na verdade, rejeita apenas a sociedade cuja tendência é constituir-se em uma instância autônoma que exerce sobre o homem uma dominação material e espiritual, em vez de servi-lo. Mas Onfray não ignora, também, as tragédias que a “esquerda” legitimou e que possibilitou os períodos sombrios. Assim, ele pensa a esquerda na contramão daqueles que acreditaram e dos que ainda acreditam que é preciso acabar com a propriedade privada. Para que as tragédias e as ditaduras possam ser evitadas, “a esquerda que não se satisfaz com o mundo tal qual ele se apresenta”, deve “evitar fazer da propriedade privada o bode expiatório” (ONFRAY, 2001, p. 92).

Onfray elogia e pretende reatualizar Proudhon (1975) que, em sua obra “O que é a propriedade?”, ataca as teses dos juristas e dos economistas de seu tempo, que justificavam a propriedade, instituição essencial do capitalismo, apresentando-a como fundamento da ordem e da prosperidade, direito absoluto e sagrado. De acordo com Proudhon, só haverá ordem se a igualdade for garantida; a propriedade, que é um roubo

econômico, engendra a violência social e destrói, portanto, qualquer sociabilidade. Contra a propriedade, suicídio da sociedade, ele preconiza, no entanto, a posse. Essa posse não foi definida por Proudhon, mas Onfray (2001) entende que dentro do projeto anarquista do autor, a preconização da posse significa conservação da pequena propriedade privada.

Em Marx e Engels, principalmente no texto “Manifesto do partido comunista” (2001), que propõe o princípio diretor segundo o qual a história de toda a sociedade é a história das lutas de classes, e termina com a seguinte palavra de ordem que ficou celebre: proletários de todo o mundo, uni-vos!, Onfray acredita ter encontrado fundamentos para afirmar que a solução para a insatisfação com o mundo não está na abolição da propriedade privada: a opção libertária da esquerda está mais concentrada na proposta de uma economia alternativa do que na destruição da propriedade privada ou expropriações violentas. Sua prioridade, como constata Onfray (2001, p. 92), está voltada para “a elaboração de modos polimorfos de produção paralelos aos do capitalismo, ou seja, modalidades transversais dentro do próprio capitalismo.”

Mas, para isso, uma troca ou uma mudança radical precisa acontecer antes. A morte do político se deu, de acordo com Onfray, com o triunfo do capitalismo que, por sua vez, transformou os homens e a política em seus serventes. A política, como arte da vida em comum, foi substituída, após a revolução industrial, pela ciência da submissão dos escravos aos senhores. Assim, constata Onfray (2001), para que o mundo possa ser reencantado, e a volta do político possa acontecer, é necessário acabar com a condição de submissos na qual os homens e a política se encontram em relação à economia; mas, também, exigir que a economia se submeta aos princípios político e hedonista de vida em comum e comece a servir aos homens e parar de exigir ser servida. Ela deve funcionar como meio e não como fim; é preciso, portanto, “acabar com essa religião da economia que faz do capital seu deus e dos homens vulgares fiéis, sujeitos a impostos e corveias à vontade” (ONFRAY, 2001, p. 93).

Não é uma tarefa fácil, se pensarmos que essa enfermidade é antiga. No texto “Dos deveres”, de Cícero (1999), onde está exposto que existe uma hierarquia dos deveres e que é preciso saber escolher um em vez do outro para preservar a

honra, mas que o principal é respeitar a honestidade baseada na prática das virtudes essenciais: sabedoria, justiça, firmeza, moderação, Onfray encontra e apresenta o filósofo estoíco do século II antes de nossa era, que já ensinava a prática da primazia da mercadoria sobre o homem. Ele se chamava Hecaton e não hesitava em ensinar que a preservação do interesse próprio deve sempre estar em primeiro lugar; isto é, o interesse pessoal deve sempre estar acima da humanidade.

Essas ideias, sublinha Onfray, ajudam a compreender o fundamento da religião da economia. Assim, todos aqueles “que praticam a economia como atividade isolada e a entendem como ciência dos bens, das riquezas, excluindo o homem e a humanidade de seus objetos, de suas preocupações” (ONFRAY, 2001, p. 94), são, portanto, atingidos pelos ensinamentos de Hecaton. Nesse sentido, as coisas permanecerão como estão, ou seja, “o desencantamento do mundo, o niilismo contemporâneo, o pessimismo generalizado durarão enquanto a ordem das coisas for celebrada segundo as modalidades desejadas pelo antigo filósofo” (ONFRAY, 2001, p. 95).

Não se pode perder de vista, também, enfatiza Onfray, que o mecanismo econômico, desde os tempos antigos, funciona no sentido de sugar a essência daqueles que dispõem unicamente de seus corpos. Ele sempre teve como meta fazer o dinheiro dos senhores através da extração de suor do corpo dos escravos. As riquezas produzidas pela prática de uma atividade econômica isolada financiam as despesas suntuosas dos senhores, como, por exemplo, as pirâmides, as catedrais, as represas, os foguetes, as fábricas e os capitais flutuantes. Em todos esses casos, constata o filósofo: “trata-se de afirmar a potência e a soberania do poder temporal, depois no poder espiritual no qual se inspira ou que o sustenta... o sangue dos homens pobres cimenta a pândega extrema” (ONFRAY, 2001, p. 96).

Hoje, para garantir o aumento das massas monetárias virtuais que circulam obedecendo apenas às suas leis, os escravos modernos são concebidos totalmente como meios, utilizados e dispensados de acordo com o interesse do mercado. Os capitais flutuantes não possuem fronteiras nem proibições, observa Onfray (2001, p. 96), seus princípios de ação se assemelham aos das “forças armadas de uma superpotência dominando planetariamente [...] distribuem a miséria ou a riqueza à sua passagem”. Portanto, a nossa época

não é diferente das outras que “colocaram a ideologia, a religião, a filosofia, a arte a serviço dos cultos prestados à produção” (ONFRAY, 2001, p. 97). Basicamente, todos ou quase todos se sacrificam ao capital flutuante que funciona como Deus, com características onipresente, onipotente e onisciente.

Em “A essência do cristianismo”, uma obra que se apresenta como uma hermenêutica destinada a penetrar o segredo da religião cristã, Feuerbach (2007) afirma, logo de início, que só o homem tem consciência de si e é objeto para si mesmo em nível de espécie. O homem, ao tomar consciência de si mesmo, toma também consciência de sua humanidade em geral. Ele não se sabe apenas indivíduo; reconhece-se também, em sua existência individual, sua participação na espécie humana em geral. Assim, quando fala de si, o homem se comunica com sua essência, que é algo infinito, porém, algo ilimitado. Depois disso, Feuerbach começa a analisar a religião e sublinha que o texto religioso deve ser levado a sério para que seja possível desprender o seu sentido. Destarte, sobre Deus, ele afirma que é apenas a essência humana apresentada na imaginação como uma realidade exterior; sobre as características atribuídas a Deus, são apenas características do homem enquanto ser que pensa; quanto à ideia da divisão entre o homem e Deus, isso não passa da divisão do homem consigo mesmo; sobre a inferioridade do homem diante de Deus, sublinha Feuerbach, isso é simplesmente a condição da exteriorização da essência humana. A religião cristã é, pois, a relação do homem consigo mesmo ou, mais exatamente, com sua essência, mas com sua essência como outro ser.

Para Onfray, esses princípios justificam a alienação. “Em suas sublimações, as civilizações exprimem aquilo que lhes falta, depois seus deuses, se não seu Deus” (ONFRAY, 2001, p. 98). Assim, não é de se espantar que a “santidade do dinheiro” tornou-se possível graças à miséria dos homens. Nessa devoção, a manifestação de Deus acontece através do luxo; e o capital, que proporciona esse luxo, está longe do alcance daqueles que canalizam suas energias vitais para promovê-lo e tornar possível seu fluxo. Nessa religião, existem “aqueles que dela desfrutam, evidentemente, e aqueles que acreditam poder dela desfrutar um dia e, por esta razão, desejam a manutenção das regras do jogo” (ONFRAY, 2001, p. 99).

Além de privar os escravos de suas existências,

o capitalismo faz deles uma massa alienada que sonha um dia conseguir estar no lugar do qual está excluído para sempre; isto é, que sonha em ser algo do qual nunca conseguirá: ser senhor. Se na época de Marx ele conseguia rastrear, pelo menos, as explorações, em nossa época, diz Onfray, isso é praticamente impossível. Ninguém consegue perceber ou detectar os responsáveis pela repartição desigual das riquezas, registra-se apenas os fatos e os danos: “um indivíduo fazendo fortuna, um outro falindo, uma sociedade anônima surgindo aqui, uma região massacrada ali e, sempre, a maior parte mantida na miséria, sofrendo e se submetendo aos efeitos dos fluxos monetários” (ONFRAY, 2001, p. 99). O capital flutuante segue os passos semelhantes aos do Deus dos teístas, prefere, também, aparecer como encarnação, o efeito produzido, a obra e nunca diretamente.

Esse Deus (capital flutuante) exige de seus fiéis uma ilimitada dedicação e submissão, pretende que todos se transformem em escravos, segundo a definição de Aristóteles (1985), sem nenhum poder sobre seus corpos: “instrumentos” para a ação, “propriedades de seus senhores e daqueles que, num retorno miserável e lastimável, lhes fornecem esmola, salário, os meios de sobreviver ou de viver, porém nada mais” (ONFRAY, 2001, p. 100). Funcionando de forma isolada, submetendo todos às suas leis, a economia capitalista requisita esses escravos de acordo com a necessidade da produção, enquanto os senhores tentam convencê-los de que os dois possuem os mesmos interesses, estão a bordo do mesmo barco. Apesar disso, Onfray não deseja o fim da luta de classes. Ela “prosegue por toda a eternidade, querer erradicá-la é impensável” (ONFRAY, 2001, p. 101). É impensável e indesejável, também, uma sociedade sem classes; pelo contrário, deve-se desejar e solicitar a multiplicação das diferenças, mas nunca permitir que elas sejam exploradas economicamente.

A economia capitalista surgiu “como arte de distribuir os lugares em função das necessidades do culto a ser praticado” (ONFRAY, 2001, p. 102). Sem nenhum poder e nem direito sobre seu próprio corpo, o escravo serve permanentemente a uma ordem na qual não tem escolha. Ao fazer a transmutação do tempo dos escravos em dinheiro para os senhores, o capitalismo sobressai-se. Assim, como ela se configurou atualmente, a economia capitalista “não é nada menos do que o reflexo de uma metafísica que a subentende, como

se acharam subentendidas todas as variações registráveis do modo de produção capitalista das riquezas” (ONFRAY, 2001, p. 102).

Onfray propõe uma libertação fundamentada numa mística de esquerda. Mas, antes, diz ele, deve-se reconhecer o mercado livre, a concorrência, a divisão do trabalho, a submissão de uma classe aos interesses de outra, a mão invisível, os paraísos anunciados para amanhã, como os grandes mitos gerados pela economia através das ideologias ou pensamentos dominantes da época que, de um modo geral, contribuíram “para a formação de uma *metafísica da necessidade* que reuniu a quase totalidade dos economistas, mesmo que fossem aparentemente opostos, tais como Adam Smith e Karl Marx” (ONFRAY, 2001, p. 103, grifo do autor). É preciso, portanto, uma outra visão do mundo e uma mística insinuante e harmoniosa para que seja possível uma outra maneira de considerar a economia.

Refletir sobre os temas abordados pelo “Discurso do método”, de Descartes (1993), obra de referência para a filosofia erudita, mas também para um público mais amplo, é, por exemplo, um passo que deve ser dado antes de propor uma outra visão do mundo. De acordo com Onfray, a filosofia laica, com o advento do sujeito moderno, esse eu que se opõe a Deus, que ganhou visibilidade e força com Descartes, contribuiu para um recuo do cristianismo (catolicismo). Esse recuo possibilitou, por sua vez, aquilo que Onfray (2001, p. 103, grifo do autor) denominou de “o *economismo*, esse monstro híbrido que fez da economia uma religião.” A proposta de Descartes consistia, ainda, em “promover todas as ciências que permitissem ao homem tornar-se ‘mestre e possuidor da natureza’. Ainda não se fala de economia propriamente dita, mas aquilo que representa o conteúdo do termo já está presente no século” (ONFRAY, 2001, p. 104).

A primeira manifestação da ciência econômica surgiu no século XVIII com o pai dos fisiocratas, François Quesnay, o pensador do rei Luis XIV. Foi, portanto, com os fisiocratas, que o homem começou a ser desvalorizado e a terra supervalorizada sob o princípio da monarquia baseado em direito divino, que luta para evitar que a ordem natural não seja perturbada. A crítica aos fisiocratas levada a cabo por Adam Smith (2008) é interessante, mas isso, no entanto, como constatou Onfray, não o desvencilhou da ideia de uma harmonia preestabelecida e nem de uma

teoria da necessidade. Onfray cita, entre outros, a mão invisível, por exemplo, como reguladora do mercado. Assim, Smith “supõe o trabalho em permanência para os operários, e lucros e benefícios sem conta para os proprietários [...] exploração dos primeiros funcionando como condição de possibilidade dos segundos” (ONFRAY, 2001, p. 106).

Darwin (1982), no entanto, suplantou o modelo cartesiano, suas ideias (como a seleção natural das espécies, entre outras) podem ser facilmente utilizadas para se falar do mundo da economia capitalista. Na verdade, para não desaparecer, o capitalismo utiliza constantemente o seu poder de metamorfose como, por exemplo, as guerras, o colonialismo, o imperialismo, a globalização etc., o real foi submetido pela economia liberal à lei do mercado e, por mais estranho que isso possa parecer, é preciso ser dito que a maioria compartilha dessa ideia, e “aos olhos dos defensores do economismo, é lesa-majestade colocar em questão a verdade do dogma” (ONFRAY, 2001, p. 109).

É uma situação que não adianta querer resolvê-la, por exemplo, desejando o fim do capitalismo, a abolição da propriedade privada, apropriação coletiva dos meios de produção, uma sociedade sem classes, ou na crença em teorias teleológicas fundamentadas na possibilidade de um fim e de uma conclusão da história. A opção libertária deve, portanto, abrir mão desses meios; o ódio à propriedade privada não resolve nada. Assim, para que a economia possa ser reconciliada com o conjunto dos domínios da atividade humana, é preciso praticá-la “longe da opção leibniziana ou das lógicas darwinianas, aos antípodas dos fisiocratas assim como dos marxistas” (ONFRAY, 2001, p. 111).

A proposta de Onfray para reencantar o mundo conjuga “uma preocupação libertária e uma opção nietzschiana, uma vontade pragmática e um desejo de energia” (ONFRAY, 2001, p. 112); mas, também, seguindo Proudhon, principalmente em sua obra “Filosofia da miséria” (2007) que analisa as contradições inerentes às principais noções da economia política, fazendo uma crítica geral do ponto de vista das antinomias sociais; insurgindo ao mesmo tempo contra economistas e socialistas, contra o capitalismo e o comunismo, considerando que uma mesma noção comporta dois aspectos, um bom e outro ruim, e que convém conservar esse dualismo a fim de eliminar o lado ruim, Onfray posiciona-se a favor da ideia que

afirma que as maquinarias devem ser utilizadas para aliviar a pena do trabalhador e não unicamente para visar ao lucro e ao benefício do proprietário, elas devem contribuir para aliviar as tarefas dos trabalhadores. O triunfo de uma ideia dessa “valeria como um recuo da ideologia dos devotos da religião do capital” (ONFRAY, 2001, p. 112). Mas, para que a “tecnicidade da economia” se submeta ao projeto de sociedade, não basta, certamente, refletir apenas sobre o maquinismo, é necessário também, que se reflita intensamente e sem cessar sobre “o valor, o status de novas tecnologias, a qualidade de trabalho, sua quantidade, sua relação com o dinheiro, a pressão fiscal, a espiral do crédito, o direito à habitação, a desigualdade diante da posse sob todas as suas formas” (ONFRAY, 2001, p. 116).

O essencial, portanto, é que o homem se liberte da economia, reaproprie-se de si mesmo. Para isso, a economia precisa ser enquadrada dentro de um projeto político hedonista, capaz de transformá-la em uma força positiva a serviço de todos. Para que esse projeto se realize, “é preciso submeter a economia a um princípio dionisíaco e dela fazer uma técnica celebrando os impulsos da vida” (ONFRAY, 2001, p. 117), e a política parar de se submeter à tirania dessa economia celebrada sob a forma de religião que tem como meta possibilitar a riqueza dos ricos através do aumento da pobreza

dos pobres, e exigir que ela se submeta às suas leis. “A economia liberal entendida como genealogia sombria da miséria cartografada em montante obriga uma revolução copernicana” (ONFRAY, 2001, p. 119) ●

#### Referências

- ARISTÓTELES. Política. Brasília: UnB, 1985.  
 CÍCERO, M. To. Dos deveres. São Paulo: Martins Fontes: 1999.  
 DARWIN, C. A origem das espécies. Brasília: UnB, 1982.  
 DESCARTES, R. Discurso do método. Lisboa: Edições 70, 1993.  
 EPICURO. Carta sobre a felicidade (a Meneceu). São Paulo: Unesp, 2002.  
 FEUERBACH, L. A essência do cristianismo. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.  
 MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. Porto Alegre: L&PM, 2001.  
 MILL, J. S. Utilitarismo. São Paulo: Martins Fontes, 2000.  
 NIETZSCHE, F. A gaia ciência. Lisboa: Guimaraes, 1977.  
 ONFRAY, M. A escultura de si. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.  
 ONFRAY, M. A política do rebelde. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.  
 PROUDHON, P. J. O que é a propriedade? Lisboa: Estampa, 1975.  
 PROUDHON, P. J. Filosofia da miséria. São Paulo: Escala, 2007.  
 SMITH, A. A riqueza das nações. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.  
 STIRNER, M. O único e a sua propriedade. Lisboa: Antígona, 2004.

\* Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), doutorando em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor assistente de Filosofia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).  
 (josevicente@bol.com.br).

## LIDERANÇAS FEMINISTAS E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Por Francineide Pires Pereira\* e Lila Cristina Xavier Luz\*\*

É comum admitir que, após a redemocratização do país, nos anos 1980, a maior parte dos movimentos de defesa de mulheres “se propôs não só a buscar, desde seu espaço na sociedade civil, uma interlocução com o governo, mas também a penetrar nos aparelhos de Estado” (PITANGUY, 2003, p. 28). Este debate tem seu cerne na preocupação com a perda de autonomia dos movimentos configurada no risco de cooptação pelo Estado. Relembrando este movimento, Pitanguy (2003) informa que o mesmo se dividiu entre os que estavam dispostos a participar do governo e os que desejavam apenas apoiar e subsidiar os governos.

Esta divisão, a partir dos anos 2000, aconteceu

em conjuntura na qual os partidos políticos outrora apoiadores dos movimentos ou nos quais as mulheres militavam ascendem ao poder. Como não poderia deixar de ser, as lideranças femininas passaram a ser chamadas a contribuir com novas gestões, na condição de quadros políticos. Tal processo se acentuou quando, em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada à Presidência da República e, em 2004, foi realizada a 1ª Conferência de Políticas para Mulheres. Em 2011, aconteceu a terceira conferência, avaliada como exitosa, posto ter conseguido impor-se como necessária e ter conquistado previsão orçamentária para as políticas